

DISPOSITIVOS DE DOMINAÇÕES: O CAPITAL BIOPOLÍTICO DA SEXUALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

DEVICES OF DOMINATION: THE BIOPOLITICAL CAPITAL OF SEXUALITY IN CONTEMPORARY TIMES

Claudio Noel de Toni Junior ¹

Resumo: Contemporâneos, Foucault e Bourdieu, se entrelaçam em caminhos no tema do liberalismo, da biopolítica e do neocolonialismo. O habitus da sexualidade mais marcante nas obras de Foucault que nos deixa antes do advento da globalização, preconiza as desigualdades do mundo, das pessoas que possuem direitos e garantias, de corpos degenerados pelo poder das normas e pelas resistências do não aceitar o que se impõe. Bourdieu, com 18 anos a mais na linha de vivência temporal, captura desde a migração do campo para a cidade das pequenas cidades francesas, como a de Béarn, onde realiza desde os anos de 1960-70 pesquisas de status social de pessoas que ficam isoladas na militância em prol de redução das desigualdades sociais de colonizados como a guerra na Argélia e movimentos sociais na França. O objetivo é intertextualizar as relações de poder históricas com as lutas contemporâneas de novos atores no cenário global contra a transfobia e pela igualdade de gênero.

Palavras-chave: Foucault e Bourdieu. Dispositivos de Desigualdades. Deixar Viver ou Fazer Morrer.

Abstract: Contemporaries, Foucault and Bourdieu, intertwine their paths on the themes of liberalism, biopolitics and neocolonialism. The habitus of sexuality that is most striking in the works of Foucault, who left us before the advent of globalization, advocates the inequalities of the world, of people who have rights and guarantees, of bodies degenerated by the power of norms and the resistance of not accepting what is imposed. Bourdieu, 18 years older in the timeline, captures the migration from the countryside to the city of small French towns, such as Béarn, where he has been conducting research into the social status of people who are isolated in militancy to reduce the social inequalities of colonized people, such as the war in Algeria and social movements in France since the 1960s-70s. The aim is to intertextualize historical power relations with the contemporary struggles of new actors on the global stage against transphobia and for gender equality. Keywords: Foucault and Bourdieu. Inequality devices. Let live or make die.

¹ Doutor e pós doutor em Geografia. Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6409702142500422>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5374-8475>. Email: claudio.toni@estudante.ufscar.br

Introdução

Foucault retoma as formas que foram o sustentáculo da revolução Industrial inglesa e da modernização das cidades francesas em que se tornam grandes metrópoles da Europa e que exigiu das instituições uma série de normas para que o Estado possa se desenvolver e trazer para seus cidadãos bem estar e qualidade de vida.

Para tanto era necessário que ao Estado-Rei tomar medidas que pudessem fazer valer a ordem pública, diante de um incipiente mercado interno que demandava mão de obra qualificada com o desenvolvimento das máquinas a vapor de tear e com o advento de que a máquina se torna cada vez mais especializada e rápida em múltiplas funções, porém, dependente da mão de obra humana, com maior rapidez, habilidade e desenvoltura.

Tem-se na França e na maioria dos países do norte do continente europeu, a migração do campo para a cidade nos séculos XVI e XVII e posterior avanço das máquinas nas indústrias, o trabalho no campo perde seu valor, e tem-se um deslocamento para a cidade em busca de empregos e de subsistência.

Não havia até um certo momento pela ausência de investimentos no campo, trabalho agrícola para todos, seja pela desorganização do espaço, pelas pestes e, principalmente, pelo aumento das cidades que incorporam parte do rural em sua estrutura, sendo que, o que antes eram imensos espaços de culturas de trigo, por exemplo, passam a ser construídas comunidades urbanas com instituições como escola, igreja, hospital, poder de polícia, casas compartilhadas e uma relação de *habitus* do estilo da boa vizinhança.

Em Bourdieu, finda na maior parte a separação de distâncias entre uma fazenda e outra, na ramificação na nova cidade, tem-se pessoas que devem conviver de forma harmônica lado a lado a metros de distância, o que sobrevive em termos de campesinato: são os solteirões, homens que não conseguiram ir a cidade grande como Paris, apender um ofício administrativo, ter aulas de boas condutas, como se vestir bem em ocasiões de festividades como no baile de fim de ano, com um terno da moda, ao contrário se vestiam na sua simplicidade pelo seu modo de ser que não muda por opção ou por falta de oportunidade na sua própria existência.

Mesmo com posses que são transmitidas de geração em geração, sobrevive uma cultura campesina em que está o dono de posses que divide sua herança, em que alguns se casam e deixam sua descendência, em que o Estado adquire, inclusive pelas normas jurisprudenciais existentes, as vastas terras que vão ficando cada vez mais desvalorizadas, como parte do território da cidade e pelo fim destes homens e mulheres que ao não deixar descendentes, suas terras ficam ao poder público e o que era terra e plantação ou o que resta dela é “engolida” pela máquina urbana (Koltai, 1999).

No século XVIII, muitos destes homens buscaram a sociabilidade da formação dos grandes centros urbanos na França e na Inglaterra especialmente na construção de espaços de casas, regras e normas, da necessidade do trabalho, de como poder trabalhar, de como conseguir esta mão de obra e quais as formas de que este império do biopoder possa se sustentar, se maximizar e valorar para outros espaços, como na conquista de territórios da África e da Ásia.

Bourdieu cita a Argélia por experiência própria, em estudar e viver a guerra, o cientista e o político se entrelaçam. Já Foucault um pirotécnico que deixa seu legado para a formação neoliberal do biopoder, mesmo nos escritos até 1984, porém, contemporâneos em analogia ao que viria de um mundo em que as subjetivações mudam de nomes nos tempos precedentes, mas não muda o dispositivo das interdições no corpo das pessoas que podem e aquelas que devem ser regeneradas para serem frutíferas ao biopoder.

Como complemento de análise neoliberal, destaca-se autores que estudaram a transgressão de gênero e raça como Mbembe, Butler, Preciado e dados de instituições nacionais e internacionais.

Assim, diz discorre Avelino (2016), o aumento das indústrias, a redução do campesinato, a formação de grandes cidades pela forma da divisão do espaço em que se vive em determinados locais, está no indivíduo que não é útil à sociedade que se propaga na vida neoliberal.

Devem ser homem branco, heterossexual, de bons costumes e de boa moral, que trabalhe, que sigam os dogmas da igreja dominante, que seja amigo do Estado contra quem não produz o que Ele exige e dentro desta desigualdade de produção subjetiva, onde está a figura do homo transexual?

Esse corpo é colocado à disposição dos psicanalistas, psiquiatras, por conta de sua condição de sexo e gênero. Não pode se casar pelo matrimônio, não gera filhos para a continuação da prole familiar, tampouco será útil ao não ter filhos para a produção da indústria, que necessita após a morte do pai, que os filhos sigam o processo do capital industrial ou mesmo o capital de serviços e financeiro, sendo útil para a burocratização do Estado em ser um representante estatal que fará políticas para aumento do tempo de contribuição previdenciária ou funcionário do fisco para fiscalizar a cobrança de impostos (Foucault, 2023).

Deve-se esta política que se percebe em Foucault, que menciona que a esquerda e a extrema esquerda não conseguem dirimir os problemas das pessoas mais vulneráveis, porque tem-se no neocolonialismo a redução do papel do Estado na economia, em algumas vezes, a pessoa deve arcar financeiramente com serviços sociais, cabendo ao Estado apenas fiscalizar o sujeito por normas e decretos que devem ser seguidos, sob pena de fiscalização e vigilância da polícia, do tribunal e da própria sociedade.

O sujeito que não se insere no mercado do trabalho, que não segue a ética moral cultural da igreja, pessoas que possuem deficiência contra sua vontade, sujeitos que pelo higienismo exigido quando possuem alguma forma de contágio de doenças deve ser separado dos demais. Alguns destes, possuem a cura e quando não, por doença em seu óbito deve ser dispensado em cemitérios longe dos centros do capital e das grandes cidades onde se amontoam grandes populações.

A forma de defesa da sociedade e a liberdade em uma vida utópica é entrelaçada por linhas de força em que a sociedade possui seu papel de negar o que lhe impõe, sem dogmas religiosos, porém, ao não obedecer às regras dos mais poderosos contra as pessoas vulneráveis que estes a consideram desnecessárias. As formas de viver para que as deixam morrer, as pessoas quando inertes estão consentindo com o poder contra o outro, que um dia pode se voltar contra si mesmos e se tornar as próximas classes vulneráveis, quando a idade avança, quando são contaminados por alguma epidemia ou moralmente descobrem normas rompidas de ética e moral, a defesa da sociedade é para si e para ela e nela estão os corpos que não devem morrer pelas normas do Estado e de quem domina o poder (Foucault, 2010).

Para Bourdieu, que defende a ciência sociológica, e que se torna um ator político nos anos de 1990, principalmente, faz com que a desigualdade entre as pessoas estão dentro do *habitus* e da condição subalterna de sua vida pelo *status* de família, se possuem algum diploma de nível superior e destaca que a Escola Nacional de Administração na França forma jovens burgueses a manter a supremacia familiar e dogmática no poder simbólico.

O simbólico, esta estória subjetiva de análise de pessoas no campo, nas instituições nas cidades o faz um pensador que o leva a análise no *Collège de France* a sistemas de desigualdade de natureza em demonstrar de forma analítica e matemática, os pontos que não se encontram na economia, na ciência social e na política e, apenas com a junção e não a desagregação de uma em detrimento da outra, deve-se colocar o humano no centro das atenções deste novo mundo global neocolonial dos anos de 1990 em diante, com esboço de análise de sistemas de governos, das formas de vida das pessoas que são usados para sua descrição simbólica do *status* de uma população.

Metodologia

A metodologia é baseada em obras de Foucault e Bourdieu como ponto central do trabalho. Possui análise descritiva, analítica e histórica de referencial bibliográfico qualitativo, predominantemente. A partir das obras destes dois autores, se desenvolve o escopo da obra que dialogam entre si na contemporaneidade nos temas de gênero, sexualidade e raça.

Liberalismo, Neocolonialismo e suas variáveis socioeconômicas ao longo da História

As normas de imposição que aumentam no século XVIII tanto na França quanto na Inglaterra

tem o intuito de, ao lado da burguesia, da igreja e dos nobres, formar o *habitus* social e cultural, conforme podemos fazer uma analogia em Bourdieu e separar os homens bons dos não produtivos em contexto de desigualdade social.

Em Foucault (2023), estas mesmas instituições são aprimoradas, o controle do casamento entre homem e mulher, para que possam procriar filhos, que sejam devotos a Deus pela religião. As formas de convivência deste casamento regrado a ser o homem o chefe de família, a mulher, submissa, destinada a parir e educar os filhos conforme os modos de cultura da época para que sigam o exemplo dos pais; quanto mais filhos, mais mão de obra para o Estado fomentar seu biopoder, ao gerar e acumular riqueza, sem a transferência direta ao trabalhador, a qual se inclui principalmente na Inglaterra crianças e mulheres sem direitos a exaustivas jornadas de trabalho de 12 horas com ou sem descanso aos domingos (Honorato, 2017).

Na França, predomina o trabalho masculino, este homem é domesticado a ter relações sexuais apenas para a procriação, de forma sazonal. Nos poucos dias de folga deve-se recolher a sua casa, educar seus filhos, impor respeito, às meninas ser o exemplo para que possam ser mães de família, de retidão, aos meninos, se abster de frequentar lugares como bares e prostíbulos, não ter amigas para não cair em tentação aos olhos das normas, ir à missa aos domingos, não conversar com pessoas que possuem a maledicência social de serem homossexuais ou que possuam algum transtorno de ordem psíquica, para o bem de sua micro instituição, a sua família.

As pessoas que por motivos fogem as normas institucionais, estão sujeitas às normas de imposição legal e administrativa de se separar destas pessoas donas da micro instituição familiar, a citar os loucos, as pessoas que vagam pelas ruas pedindo esmolas, que demonstram aos olhos dos outros não ter vontade de trabalhar, que não pratica a religião nos templos, os tímidos sem iniciativa confundidos com pederastas e pessoas não heteronormais que na denominada 'perversão' são flagradas pelos poderes médicos, jurídicos em não ter um sexo definido, em possuir problemas na construção de uma família, pessoas doentes como os leprosos e tuberculosos (Mbembe, 2018).

Este grupo de pessoas devem ser separados ao redor da cidade, sem estar na centralidade da visão das pessoas que vivem para a produção do capital. Os cemitérios são construídos fora do alcance da visão das pessoas, já prisões e escolas em que se possa pelo panóptico de Bentham serem visualizadas de forma conjunta por um guardião da lei, estruturas arquitetônicas semelhantes que aduz a obediência, a fila nas escolas, a forma de comportamento dos presos com respeito que devem ser seguidas para que possam se ressocializar ou se tornar bons cidadãos com as crianças das escolas.

Entre os séculos XVIII e XIX com as conquistas de territórios na África especialmente, que possuam como atividade de produção a agricultura, vemos que Bourdieu ao citar a Argélia, faz com que nas disputas seja incorporada à cultura dominante francesa, não respeitando princípios como a religião muçulmana, tampouco a cultura de viver dos argelinos e seu trabalho campesinal.

Famílias inteiras de comunidades africanas, em especial da África Subsaariana, perdem sua cultura, seu legado, famílias são separadas em prol de oportunidades simplistas da mais valia, indo em direção às metrópoles em busca de melhores condições e encontram um cenário hostil, de vida precária, e muitos destes trabalhadores não conseguem mais regressar e ver sua geração com o passar do tempo.

O estrago motivado pela ganância neoliberal na África, conforme Mbembe (2021), fez com que após suas independências formassem regimes autoritários de monarquias, onde sem direito ao voto, a população fica à serviço de nomas impostas pela ditadura e de regimes cruéis de quem ousa desafiar este novo sistema da necropolítica, que é a formação do déspota e das desigualdades socioeconômicas e de direitos, onde muitos não tem sequer alimentos e moradia enquanto a elite detém o poder e a totalidade da riqueza do território, agora conquistado neste novo sistema do autoritarismo interno.

Consequências do Neoliberalismo nos corpos vulneráveis: Fazer viver ou deixar morrer

Como destaque pode-se citar leis arbitrárias de penas de morte em países contra a prática

da escolha de seu gênero, sob pena de morte para pessoas não heterossexuais. São o caso de: Uganda, Nigéria, Mauritânia e Brunei, conforme informação da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (AIGL) em seu relatório de 2020.

Além da pena de morte, há leis divergentes que remetem a interpretação do Estado sob a condição da não heterossexualidade de ser praticada entre casamento de homens e mulheres ou a prevalência de corpos que são vistos em companhia de pessoas solteiras ou que assumem a homo-transsexualidade e que podem sofrer sanções penais do Estado, como a prisão e perda de direitos como é o caso da Somália e dos mais 69 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) que possuem restrições a homo-transsexualidade, 31 países se encontram na África.

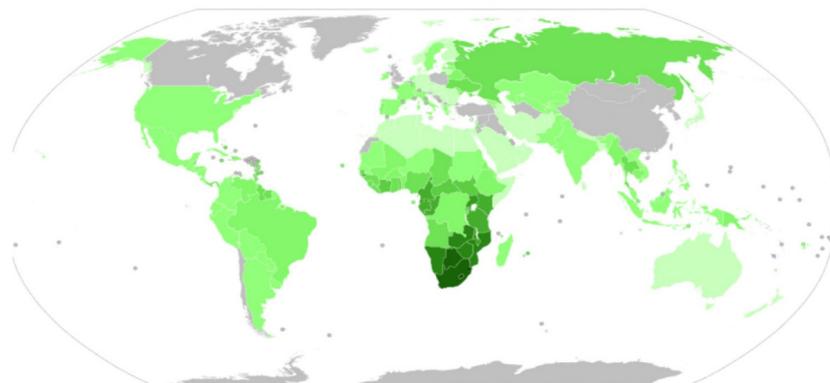
Percebe-se ainda, segundo o relatório, mudanças de posicionamento de ao menos deixar os homossexuais viverem em países como Angola, Botswana e Gabão. Outros países do Oriente Médio também sofrem com o preconceito de gênero, inclusive as mulheres em detrimento do modo de interpretação da lei Islâmica, muitos deles com altos índices de riqueza, porém com elevada desigualdade em termos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como também em países como Caribe e na Oceania.

O legado de ausência de políticas públicas que engloba ao todo, conforme Foucault (2014) em *Vigiar e Punir* quem está fora das normas, fez com o passar dos anos o apogeu de que pouco é eficaz em nações que foram devastadas pelas guerras coloniais e civis, em combates entre seus próprios nacionais ou pela inclusão em seus territórios na época da divisão neocolonial do propósito em colocar em um mesmo território povos com culturas e religiosidades divergentes e com rupturas simbólicas de séculos passados que extravasaram em dissidências e disputas, nas últimas décadas em serem designados em um mesmo país-nação (Bourdieu, 2011).

A corrupção e a pobreza fazem com que se destacam altos índices de mortalidade da Aids, como a Essuatíni que possui segundo dados do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS-ONU, 2021), mais de 28% de sua população adulta contaminada com o vírus e que a maioria dos cinquenta países que mais possuem contaminados no mundo *per capita*, estão no continente africano, além de nações da América Central como o Haiti e a Jamaica. Pode-se destacar países com mais de 10% de sua população adulta contaminada estão na África, além da nação citada, temos:

Lesoto, Botswana, África do Sul, Zimbábwe, Namíbia, Moçambique e Zâmbia.

Figura 1. Contaminados pela pandemia da Aids, população *per capita*



Fonte: Mídias Digitais. Cartografia . Adaptado por: Toni Junior (2023).

O IDH divulgado desde 1990, conforme ONU (2022), mostra um panorama das nações em termos de renda *per capita*, saúde e educação e se nota que os países da África sempre estiveram nas últimas posições do *ranking*, com alguma melhoria quando se adota práticas de segurança e políticas contra a fome e a pobreza.

Ainda são as nações, quando se comparadas com outros países, que possuem as maiores taxas de: mortalidade infantil, expectativa de vida e de forma regressiva, baixos índices de

saneamento básico, água potável, igualdade de gênero, renda *per capita* e acesso à *internet*.

As bases do estado de bem-estar social, *welfare state* em que, no liberalismo, se caracteriza a aumentar o papel do Estado na economia, os ortodoxos e linhas de pensamento nas principais universidades americanas e europeias como a Escola de Frankfurt, a Escola de Chicago, desenvolvem formas de ajuda as populações desprovidas de um salário digno, de uma aposentadoria ao final da vida que lhe forneça as bases elementares de seu sustento e assistência de saúde aos pobres e vulneráveis, foi de certo modo positivo, no auxílio a pessoas de territórios desenvolvidos em que se viu a necessidade do regresso ao *welfare state* (Bourdieu, 2021).

Todavia, em nada se destinou em tratados internacionais na ajuda mútua de redução das desigualdades na África como forma de termos um mundo mais sustentável e ecologicamente mais equilibrado, naquilo que se denomina ganha-ganha em que se auxilia na preservação de florestas, rios que possuem água potável e ajuda humanitária em levar médicos e aconselhamento contra pandemias nestes territórios, além de formalizar bases de consenso e diálogo diplomático no que tange as práticas contra a classe LGBTQIA+ nestes países, as quais também podem se citar países como o Brasil, Panamá e Haiti.

Aponta Assis (2014) que o surgimento de uma nova economia, a qual podemos designar de neocolonialismo, perde-se espaço a ajuda do Estado as seus nacionais ou ajuda a outras nações vulneráveis como pauta de sobrevivência, em prol de uma política de formação de blocos econômicos, como a União Europeia (EU) para que a riqueza seja ajustada no mercado financeiro entre iguais, os mais ricos, além de cortes do papel do Estado na economia com as privatizações, reformas tributárias, previdenciárias e toda uma reforma do Estado em que o cidadão paga mais impostos, se aposenta de forma tardia, contribuiu mais para receber um valor menor, próximo a sua morte.

Destaque também para a educação privada, a saúde pública passa a ter cada vez menos espaço nestes países de blocos econômicos, como o G-7, em que o cidadão deve arcar com a maior parte do que necessita quando precisar de um atendimento médico-hospitalar.

Nações em desenvolvimento, também acompanham, sem os mesmos resultados de redução de desigualdades socioambiental com a criação de blocos econômicos, um deles é o BRICS, que reúne dentre outras nações que passam a integrar o bloco: Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, em que se concentram os dois países mais populosos do mundo, o país que possui um elevado arsenal de destruição bélica, a Rússia, além de nações emergentes na América do Sul e da África e Ásia.

Trata-se, conforme Castanheira (2023) de um grupo de países com propensão a realizar comércio entre si e para com o resto do mundo, pela quantidade de produção agrícola que há no Brasil, tendo os dois países mais populosos como propensos importadores de alimentos brasileiros, além da indústria chinesa e do fomento da tecnologia da Índia, um dos países que mais crescem no mundo.

O que faz estagnar estas relações, são guerras internas, que fogem ao escopo do próprio bloco, como a guerra entre Rússia e Ucrânia, e as diferenças de cultura que há entre as nações, além de sistemas e formas de governo que existem entre si, em que suas diferenças tem se mostrado empecilho para a melhorias das relações comerciais entre países, mesmo sendo a China o país que mais mantém relações comerciais com o Brasil nos dias de hoje, tem-se um cenário que vai além da política, onde os interesses da financeirização falam mais alto, um exemplo foi a pouca relação de diplomacia entre o ex-presidente do Brasil com a China entre 2018 a 2022.

Re(construção) por um novo neoliberalismo na resistência pela verdade em um contexto de menor desigualdades

A formação do banco do BRICS em 2014, é uma forma, mas, não única de dinamizar o comércio multilateral entre os países e seus parceiros vizinhos como a Argentina, sendo que o ingresso de maior quantidade de países em desenvolvimento como o país citado além do México, Chile, Uruguai e outros poderá contribuir para a formação futura de uma moeda única e trocas comerciais favoráveis que seja bom a todos os membros participantes e tratados de preservação

dos ecossistemas ambientais.

Mesmo com a forte crise que a Argentina atravessa, também sendo do banco do BRICS uma incipiente forma de financiamento em que países podem acordar empréstimos com juros mais baixos com relação do Fundo Monetário Internacional (FMI), necessário para isso diálogo consenso e intercâmbio de capital não apenas econômico, mas também cultural entre as nações, de forma que haja bem estar socioambiental aos seus membros além da população que vivem nela.

Bourdieu (2011), ao vivenciar nos anos de 1990 o neocolonialismo, faz uma crítica que a importância econômica medida por cálculos matemáticos não deve ser do ponto de vista sociológico e político maior para o bem-estar da população em que vive neste novo regime, pela sua perversão em aumentar o lucro da burguesia e reduzir bens essenciais a classe média e pobre como forma de riqueza de quem detém o poder, que são poucos empresários e investidores em todo o mundo.

Na obra *A Miséria do Mundo*, Bourdieu (1997), menciona que os fenômenos da mundialização da economia, não traz a todos o bem estar social e que apenas uma pequena parcela privilegiada obtém ganhos econômicos e sociais em detrimento da maioria da população.

Sobre o aumento das tecnologias no ramo da educação, mídia, saúde, a evolução deste capital não está atrelada as massas quando se menciona a guerra na Argélia, onde o campesinato perde sua origem natural pela conquista francesa e migram para as cidades populosas e mais desenvolvidas França em busca de melhores oportunidades de sobrevivência.

O acesso à internet, a melhores meios de exames de saúde para detectar doenças e a própria pandemia a qual se pode citar a do novo coronavírus, mostra as vulnerabilidades que a tecnologia neoliberal nos proporciona, em que países centrais que fabricaram as vacinas e que desenvolveram práticas de incentivo a vacinação, foram os que de forma mais rápida controlou a pandemia e conseguiu vacinar sua população, inclusive a Índia, que de forma híbrida produziu e vendeu sua produção para nações mais ricas e desenvolvidas ao invés de concentrar a totalidade de doses em seu país, o mais populoso do mundo.

O aumento da tecnologia tem, para Bourdieu, conforme Laval (2020), onde há uma separação de quem possui acesso as redes de mídias digitais e de imprensa, a qual cita a moda e a cultura do capital onde a mídia em si possui o poder de dominar simbolicamente instituições pelo seu alcance e de quem dela pode usufruir de seus benefícios, uma pequena elite que possui acesso à imprensa para dispor de suas ideias a qual tem impactos em instituições e em políticas públicas. A mídia entra na era de se ver e ir às ruas para manifestar contra o aumento de anos de trabalho para conseguir se aposentar na França, sua disseminação ocorre em segundos com o advento da tecnologia midiática.

Esta tecnologia que se aprimora após os anos de 1990, possui suas tensões em nações desenvolvidas, para manter os anos de contribuição à previdência, de exigir melhores máquinas para a realização de práticas cirúrgicas em um hospital, exigir um ensino de qualidade mais capitalizada e menos burocrática nos países do norte da Europa e dos Estados Unidos, enquanto na África as pessoas continuam a depender de ajuda humanitária para sobreviver, com pouco acesso à tecnologia da internet, e de bens sociais como saúde e educação, enquanto a maioria vivem na miséria absoluta e tentam sair de seus territórios diante de guerras civis para sobreviver, há a diferença entre a melhoria da qualidade de vida ante a própria luta de viver e de continuar vivo (Lopes; Fabrício, 2005).

As formas de relação sociológica com a Antropologia em países são diversas. Com este aumento da financeirização do capital neoliberal, impondo nações desenvolvidas, que, conseguem aplicar o que arrecadam em impostos em favor da população como é o caso dos países nórdicos, o *welfare state*, conforme Gomes (2006), não é totalmente deixado de lado no mundo todo.

Exemplo é a Suécia, Holanda e Nova Zelândia, que aplica o que se arrecada em bens sociais como saúde e educação pública de qualidade, incluindo nesta perspectiva a ajuda a países como o Brasil, e que pode ser citada a Noruega que possuem interesse na proteção contra eventos adversos da floresta Amazônica. Qual a preocupação desta ajuda mútua de países nos dias atuais?

A intenção, é que, diante do aumento da poluição e do desmatamento, a quantidade de gases nocivos ao meio ambiente trará, caso não se tenha políticas públicas de preservação do meio ambiente global, uma piora da qualidade de vida no mundo com catástrofes naturais que atingirá a todos, também a proteção de rios e mananciais para que haja água potável para todos os países, neste caso, os países que ajudam a reduzir o desmatamento da Amazônia e de outras florestas

estará ajudando a si mesmos contra as intempéries climáticas como aumento da temperatura no plano que gera desastres ambientais.

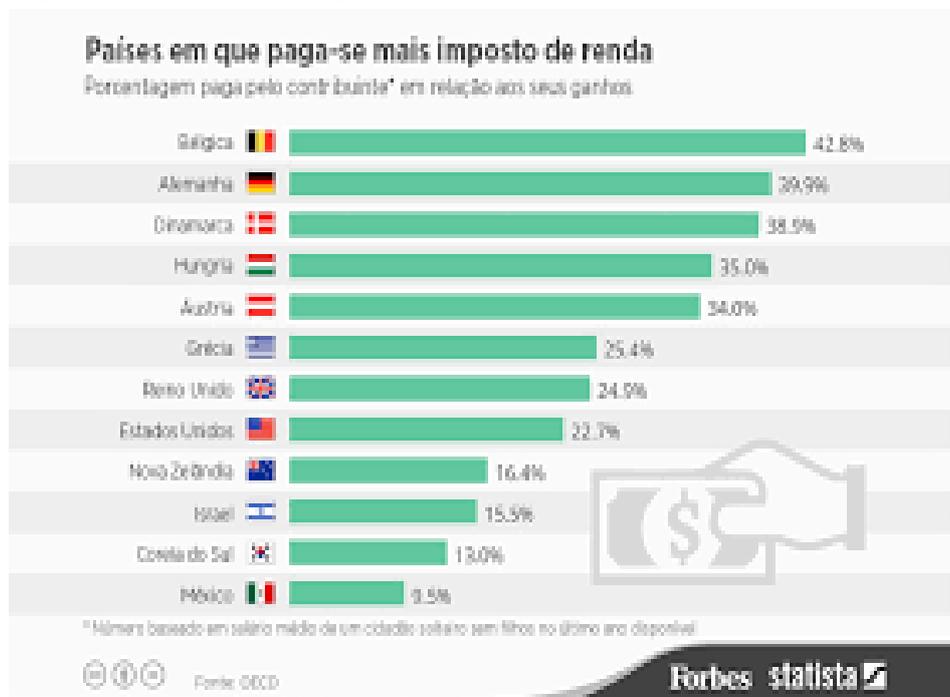
O que se percebe em nações onde o neoliberalismo possui uma tendência de reduzir o papel do Estado na economia é que se criam políticas de contingência para minimizar problemas a população, dando-lhes oportunidades de emprego, moradia e controlando a política fiscal econômica, logo os impostos pagos, são revertidos a população em termos de melhor qualidade de vida, diferente de países como o Brasil que possui uma carga tributária considerável, e que não usufrui desta contraprestação em geral, sendo desigual nas variáveis socioambientais, inclusive pessoas que conseguem viver em áreas verdes, aumentando seu padrão e qualidade de vida, contrabalança em outras variáveis não maximizadoras (Laval, 2020).

Conforme dados da revista Forbes, com base em dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pode-se perceber que a quantidade de países que mais pagam imposto de renda, *per capita* são países desenvolvidos, visto que conseguem ter neste neoliberalismo tecnológico oportunidades de emprego maiores que países em desenvolvimento e os que possuem baixos índices de IDH.

Da mesma forma que as alíquotas e taxas de isenção e subsídios não são lineares, com isso pode se fazer uma comparação qualitativa de que no Brasil devido as desigualdades socioeconômicas, muitos não pagam o imposto pois sequer possui a renda para isso. Pessoas trabalhando na informalidade ou estando no desemprego e muitos sem qualquer perspectiva de mudança (ONU, 2022).

Vemos a Bélgica, Alemanha, Dinamarca, onde mais de 35% da população contribui com o devido imposto, e que, a maior parte deste valor é revertido em políticas públicas e no estado de bem-estar social em determinados países ou na prevalência de uma economia forte, que garante a maioria da população de custear seus próprios serviços de saúde e de educação com o que ganham ou com subsídios do governo. Quando não há políticas públicas de um serviço público de saúde e educação unificados, caso dos Estados Unidos na questão da saúde, por exemplo.

Figura 2. Países em que se paga mais imposto de renda



Fonte: Revista Forbes (2015).

As formas de vida, conforme menciona Butler (2023) com o advento das tecnologias e das possibilidades de inserção na vida social possui também relações que vão além da sua própria inteligibilidade. Desta forma, temos países em que, para se candidatar e conseguir bons salários no

mercado de trabalho, tem-se que enfrentar uma barreira antiga, mas, que se torna a cada dia que passa mais restritiva a quem não seguem as normas de identidade de gênero “privilegiada”.

O diploma, a experiência e a capacidade em estar no lugar certo depende de seu corpo, conforme Courtine (2013), e de como ele é visto por quem detém o capital e de seus representantes, logo a contratação para uma vaga de emprego com um bom salário para um padrão de nações como os Estados Unidos e do norte da Europa, enfrentam as pessoas transgêneros ou que fogem ao heteronormativíssimo tecnocêntrico patriarcal a questões de gênero, quando são excluídas pela empresa e pela sociedade pela sua aparência ou pelo simbólico do conhecimento de sua aparência, em que se tornam pessoas que valem menos, pessoas que não são dignas de luto e de ter uma vida socialmente igual as pessoas com os mesmos atributos, mas heterossexual e de cor branca.

A performance de seus corpos ao andar pelas ruas, diz para o outro, pela sua inteligibilidade o que se pode ser pela opinião de terceiros. A exclusão de vidas no *habitus* social quando a pessoa demonstra ser transgênero não possui respaldo positivo da comunidade de trabalho, quando consegue emprego e, sim, pela tolerância em ter que estar com uma pessoa diferente de mim, quando a mesma(o) é concursada(o).

Este paradigma, faz com que, se encham os consultórios de psicanalistas em busca de uma solução diante de barreiras a seus objetivos. Percebe-se que desde a primeira guerra mundial, Freud se preocupa com o sexo, de que na guerra havia maior busca por tratamento em seu consultório, como sendo um mal do século, mas, sempre designando a sexualidade em seus conselhos e terapias publicados.

Este público, branco, heterossexual é consolado a reconvir com este mal, que pode acabar, mas, não se percebe soluções de sexualidade ou de questões de gênero em seus sucessores que propague a igualdade das pessoas em seu gênero ou sexo, são desiguais que necessitam pela homo transexualidade percebida ou declarada de que devem se tratar ou se esconder dos meios sociais, não havendo acolhimento e técnicas de melhoria de questões da mente humana como há para os heterossexuais entrevistados.

Percebem se as críticas de Paul Preciado (2022), à psicanálise, pois a tecnologia nunca foi um fator que designou ajuda e acolhimento de instituições, do Estado e da sociedade as pessoas trans, que são reduzidas a desintegração, em buscar por si mesmas ou por movimentos sociais entre iguais técnicas e ajuda mútua de mudança de comportamento, seja no âmbito do conselho e da mudança de corpos, como a hormonioterapia, a *dildotech* e as técnicas de redesignação sexual, que é dinamizada pela indústria do neocolonialismo europeu e americano, de que além do socioeconômico, pessoas com “problemas de gênero”, designadas não cisgêneros e não heteronormativas são excluídas de círculos social pela sua voz, seus seios, seu genital ou pela sua simples forma de existir.

De acordo com Toni Junior (2024), nas décadas posteriores há boas intenções para a mudança de paradigma com o surgimento de novos psicanalistas que estão em consonância com a realidade da transexualidade e criam novas formas de acolhimento psicoterápico no consultório com vertentes mais inclusivas que o legado histórico de Freud-Lacan deixou a sociedade, o que é positivo para a melhoria e para a aceitação do que já se tem em outros segmentos, mesmo que ainda há resistências, movimentos sociais estão indo na direção de não aceitar formas de exclusão advindo de qualquer tipo de ciência que promove/eu a desigualdade sexual e de gênero ao longo do discurso histórico que se percebe e propaga na atual conjuntura da sociedade.

Pode-se dizer que a globalização, com suas raízes em formas de organização política e econômica no liberalismo, onde o papel do cientista social e do analista do discurso não se resume apenas na vertente do econômico, da riqueza de um país, de seus percalços com crises internas e externas, e, sim que o advento da sociedade nas diferentes eras dos sistemas e regimes econômicos, não sobrevive sem a intervenção social e política, pois o ser humano é dotado de sentimentos, de razão e emoção que a economia não explica, sem as curvas de oferta e demanda, que não representa a totalidade da vida.

A convivência em sociedade nos dias de hoje é possível quando se pretende, o nomos do social, pois espera-se que o sujeito possua condições socioambientais positivas que é o acesso a bens para sua utilidade, porém, as variáveis socioambientais, tornam-se insuficiente para dizer sobre o sujeito em que não se analisa sua discursividade corporal. Não há bem-estar socioeconômico

em países de alto IDH, quando nesta sociedade há sujeitos que possuem sérios problemas que se pode denominar de infelicidade, quando buscam um serviço médico e são excluídos pelo tipo de dispositivo que a faz sofrer (Toni Junior, 2023).

A sociedade estará desenvolvida e seus habitantes satisfeitos nos dias de hoje, quando variáveis outras como a sexualidade e o gênero de pessoas homotrans-afetivas possam ser respeitadas nas políticas públicas dos segmentos socioambientais da mesma forma que uma pessoa heterossexual.

Desenvolve-se nesta era e nesta etapa do mundo, variáveis de cunho subjetivo, como a sexualidade, dentre elas pessoas transexuais que querem mudar seus corpos pela intervenção médica ou não, que querem alterar seu nome em cartórios sem a burocracia de um tribunal, que querem andar de cabeça erguida nas ruas das cidades sem o medo da morte, da intolerância de gênero.

Pelo que se nota, países como os Estados Unidos, o mais rico do mundo, possui problemas sérios em relação a questão policial quanto ao racismo, conforme Toni Junior (2024) da mesma forma que países do norte europeus sofrem com a intolerância de gênero nas ruas de Milão, Londres, Berlin e tantas outras como em São Paulo e Rio de Janeiro. A indiferença do não cumprimento de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Milênio (ODS-5) que estão além do socioambiental, ou por analogia podemos incluir a igualdade ou a desigualdade de condições de gênero no próprio índice de desenvolvimento socioambiental em que países que pouco ou não respeitam as pessoas pela sua orientação sexual ou identidade de gênero devem declinar em um *ranking* de instituições como a ONU para que a mobilização internacional possa intervir como base de apoio a estes sujeitos invisíveis e mais, em alguns países da África, como a Mauritânia, tem-se a pena de morte, além da intolerância do gênero em países de reconhecimento bélico-nuclear como a Rússia.

Pela divulgação dos dados, temos em países com IDH muito alto, com destaque para os países nórdicos e os Países Baixos, maior aceitabilidade em relações de gênero que outras nações como Estados Unidos e Rússia, que foram até 1989, o centro das atenções mundiais.

As diversas formas de intolerância, destacada por restrições a sexualidade não heterossexual na Rússia e nos países do Oriente Médio podem ser mediadas pela diplomacia internacional, sem tirar-lhes o modelo cultural em que vivem que são suas próprias raízes de conduzir suas vidas desde seu nascimento, a forma que são educadas pela família, pela escola e pela sociedade.

Todavia, espera-se que nestes, não haja mais eventos de impedimento da liberdade de sexual em ternos de existir, de deixar viver ou de fazer morrer, que as organizações que tratam de acordos e tratados de direitos humanos tomem as providências com sanções a países islâmicos e que coloquem como condição de cultura a centralidade do divino para matar ou tirar a liberdade de pessoas que destoam a cultura tradicionalista cigênera e não transexual.

A ODS-5 que versa sobre o tema, ao ficar indiferente com a Rússia que em meio a guerra da Ucrânia, tomam medidas de repressão da sexualidade, pode levar a consequências que outras nações façam leis e normas de mesmo conteúdo repressor como os países do leste europeu, por exemplo, além de nações que tiveram um passado não democrático como a China e os neocolonizados que foram conquistadas e subtraídas suas riquezas e que vivem até os dias de hoje em regimes de ditadura e de exceção.

As várias formas de repressão dentro destes países podem ser desde a proibição em não andar de mãos dadas nas ruas com pessoas que nasceram com o mesmo sexo, até a perseguição do que se acha que a pessoa é não heterossexual por instituições administrativas e judiciárias como a polícia pela subjetividade, até a exposição homo- transexual com vestimentas que são contrárias ao sexo e sua opção de gênero que as levam a serem executadas pelo governo como forma de lei, de normalidade daquele espaço ou em países como o Brasil onde existe determinada “proteção”, mas que ainda é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Espaço este em que se consegue mensurar os países, pois, nos mais intolerantes sequer as organizações como a ONU e (*Transgender Europe*) (TNEU, 2022) conseguem adentrar seus limites e manter diálogo.

Várias podem ser as formas de resolução deste conflito, conforme Toni Junior (2024) sendo elas a não comercialização com os mesmos além da diplomacia como forma de conduta, por sanções econômicas para que possam a começar a mudar suas formas de tratar pessoas que querem e possui a legitimidade de ser e gostar de quem que se quer, e que não se espera uma mudança imediata, mas que é necessário começar por estas instituições onde faz parte os países

mais desenvolvidos do mundo como a UE, além de cortes como a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDM) de intervir.

O avanço de colocar diretrizes como a ODS-5 é positiva, embora especialistas digam que pouco irá se conseguir em variáveis subjetivos como a igualdade de gênero, porém, trata-se de um avanço. Cabe a instituições como a ONU, visto que catástrofes humanitárias também ocorrem em países que não fazem parte de instituições de direitos humanos, intervir para garantir direitos humanos em países que estão sendo devastados por ditadores e mortos sem qualquer condição de dignidade ou de reclamar nem mesmo de pedir ajuda a um país da (Onu, 2023).

Em que mundo globalizado, conforme Dolan (2015), vivemos hoje, se há países que estão fora desta mundialização em vidas precárias que apenas querem sair da tragédia em que vivem e os demais, a maioria, pouco se faz para intervir, sendo que, em muitos deles sequer se sabe o que de fato ocorre dentro de seus territórios, caso emblemático da Coreia do Norte, e o receio do ingresso de nações que discordam da forma de governo, mas pelo outro lado possuem o receio de uma guerra nuclear, nestas condições, como que este mundo globalizado permite que um pequeno país se torne um centro mundial de destruição? Onde que a globalização errou? Teriam usado países como a Coreia do Norte, a Rússia e países da África, além da China, a livre liberdade do neocolonialismo e dos direitos humanos para si para criar a destruição do mundo e quando conseguiram se transformar em potências de destruição a qual muitos chamam de defesa o mundo acordou, sem antes impedir que estes processos se iniciassem?

Uma das respostas é de que, guerras nucleares atingem territórios e população inclusive de quem usou destas táticas, que destrói o mundo e a si que mesmo não querendo faz parte do todo. Desta forma, os erros do neocolonialismo e da globalização, quando uma série de aproximadamente 200 países se unem e poucos se negam a fazer a pluralidade de obrigações de sustentabilidade e bem estar nas diversas formas de viver em um mundo saudável, livre e em paz, se esqueceram de que sua paz, depende também de impedir que a tirania se instaurasse em outras nações, em que a ganância econômica pelo poder e pelo capital falaram mais alto na diplomacia que a contenção de que estes comesçassem a se armar com bombas atômicas que podem destruir qualquer sistema de capital.

Considerações finais

Qual seria a solução para as teorias de bourdesiana e de Foucault? Percebe-se que no século XX o Estado em muitos países necessitou intervir para não haver catástrofes de natureza econômica ou social, e que estas formas de governo liberal, neoliberal, ortodoxa ou outra não trouxeram a paz e a solidariedade para um mundo cada vez mais desigual.

Embora Foucault e Bourdieu não tenham realizado nenhuma citação entre si, as questões envolvidas por ambos sobre a biopolítica, o animismo e o neocolonialismo se entrelaçam e chegam a conclusões no uso de dispositivos diversos, porém, de maneira que pode se chegar a uma afinidade na busca de que o sujeito necessita de forças para reagir a uma situação que lhe é imposta.

Para Foucault (2022), são as técnicas e os modos de subjetivação em que o liberalismo e o neocolonialismo também descrito e em Defesa da Sociedade (2010) de que o Estado impõe o novo a seus cidadãos e esta novidade social e econômica, este nomos não é positiva para todos, há a desigualdade de que uns se sobressai sobre os demais, que por sua vez ao vivenciar esta nova realidade deve pela técnicas de conhecer a si mesmo, confrontar de forma a não permitir que seu presente seja subversivo as forças de poder.

As falhas desta globalização e deste neocolonialismo estão em querer poder econômico e militar, em dominar países sem recursos para a revanche como foi o neocolonialismo, o mercantilismo, mas que temem a intervenção com nações onde pouco tiveram relações de diplomacia em termos de diálogos positivos de preservação da paz ou em setores da financeirização econômica e hoje temem em iniciar uma intervenção com receio de uma terceira guerra mundial, declarada pela Rússia aos países da Organização dos Países do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em caso do ingresso da Ucrânia no bloco da UE e de que mantenham-se a ajuda a este país, o que a Rússia quer, é destruir para poder incorporar a Ucrânia a seu território, ponto inicial para um novo sonho imperialista da volta da União Soviética em dominar o mundo.

Formas de intervenção de países considerados democráticos, como observação em países que já trouxeram problemas ao mundo com guerras e conflitos armados se deu em um cenário de revanche e denúncia dos observados em reclamar sobre a intervenção de sua soberania em estar sendo atacada pelos Estados Unidos e países da UE, estes países, que hoje estão no centro da OTAN desperdiçaram a chance que tinham para desmontar o bélico contra a vida humana em troca de observar o que pode fazer seu país para ter mais do econômico para si em aproveitar as chances para vender e financeirizar suas economias, que em proteger a sociedade mundial, que de efetivo pouco se fez e se faz.

Referências

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do Colonialismo à Colonialidade: expropriação Territorial na Periferia do Capitalismo. **CADERNO CRH.**, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez. Salvador. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mT3sC6wQ46rf4M9W7dYcwSj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 Dez. 2023

AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/kKNBtT4w5565CjN37BtNm8q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O Baile dos Celibatários**: Crise da sociedade camponesa no Béarn. Trad. Carolina Pulici. Ed. Unifesp. São Paulo. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Ed. Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro. 1997. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7487849/mod_resource/content/1/A%20mis%C3%A9ria%20do%20mundo%20-%20Pierre%20Bourdieu.pdf. Acesso em: 12 mar. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Ed. Perspectiva: São Paulo, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do mundo**: Estruturas econômicas e estruturas temporais. Ed. Perspectiva: São Paulo, 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os Limites Discursivos do “Sexo”. N-1 Edições: Rio de Janeiro, 2023.

CASTANHEIRA, Nuno Pereira. Crise Ecológica e os Sistemas de Conselhos Arendtiano: Para uma Resposta Política à Exclusão e Precariedade. In: JUNIOR, Atílio Butturi; LEME, José Luís Câmara; SOUZA, Pedro de; SABOT, Philipe (Org.). **Vidas Precárias, Vidas Inventadas**. Ed. Pontes: Campinas, 2023.

COURTINE, Jean Jacques. **Decifrar o corpo**: Pensar com Foucault. Ed. Vozes: Petrópolis, 2013.

DOLAN, Paul. **Felicidade Construída**. Ed. Objetiva: São Paulo, 2015.

FORBES. **Revista**. 10 países que mais Pagam Imposto de Renda .2015. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2015/03/10-paises-que-mais-pagam-imposto/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão e Claudia Berliner. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Trad. Eduardo Brandão e Claudia Berliner Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Ed Vozes: Petrópolis, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2010.

GOMES, Flávio Guedes. Conflito Social e Welfare State: Estado e Desenvolvimento Social no Brasil. **RAP**, Rio de Janeiro v. 40, n. 2, p. 201-36, Mar./Abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/dvHMHgG5NDdvZH6wy54fDDq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 Mai. 2022.

LORENZINI, Daniele. Como se Escreve a História dos Oprimidos e dos Infames. *In*: JUNIOR, Atilio Butturi; LEME, José Luís Câmara; SOUZA, Pedro de; SABOT, Philippe (Org.). **Vidas Precárias, Vidas Inventadas**. Ed. Pontes: Campinas, 2023.

HONORATO, Isabelle Brambilla. Diversidade Sexual e Religiosidades Cristãs: Embates Discursivos e Subjetividades na Esfera Pública e Privada. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 423-426, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/WbcV6DghrmSZPQscwTyT8hb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso: 12 abr. 2022.

LOPES, Luiz Paulo da Moita; FABRÍCIO, Branca Falabella. Discurso como Arma de Guerra: Um Posicionamento Ocidentalista na Construção da Alteridade. **Revista Delta**. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/7xqCzzMgHsGM3rWFRx5Ybfb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte**. Trad. Renata Sanatini. N-1 Edições: Rio de Janeiro, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Trad. Sebastião Nascimento. N-1 Edições: Rio de Janeiro, 2021.

KOLTAI, Caterina. Violência e Indiferença Duas Formas de Mal-Estar na Cultura. **São Paulo em Perspectiva**. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/ktWgTmZ9TjXHyJgPCCHCRLb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 Jan. 2022

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal**. Trad. Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota. Ed. Elefante: São Paulo, 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. UNAIDS. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/ Aids. **Estatísticas Mundiais sobre o HIV**. Folha de Dados de 2021. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2021/06/2020_11_19_UNAIDS_FactSheet_PORT_RevisadaFinal.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2022**. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22ptpdf.pdf?_gl=1*_agemyh*_ga*_MTYwMTM1MDU1NS4xNjk0MzY3NDQ0*_ga_3W7LPKOWP1*_MTY5NTIzMTZMTEwMMS4zLjEuMTY5NTIzMTZMTEwMTE3NC41NS4wLjA.<. Acesso em: 06 fev. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **O PNUD e a igualdade de gênero**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/blog/nao-ha-democracia-sem-igualdade-de-genero#:~:text=A%20ONU%20Mulheres%20e%20o,e%20pap%C3%A9is%20de%20g%C3%AAnero%20positivos>. Acesso em: 06 mar. 2023.

PRECIADO, Paul. **Eu sou o Monstro que vos Fala**: Relatório para uma Academia de Psicanalistas. Trad. Carlos Rodrigues. Ed. Zahar: Rio de Janeiro, 2022.

TGEU. **Trans Rights**. Maps. 2021. Disponível em: <https://tgeu.org/trans-rights-map-2021/>, Acesso em: 06 dez. 2022.

TONI JUNIOR, Claudio Noel de. Os Galos que Não Puderem Cantar na Cidade. Os Fios de Ouro do Poder sem Parresía. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais**, Unipar Paraná, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/juridica/article/view/10588>. Acesso em: 06 dez. 2022.

TONI JUNIOR, Claudio Noel de. **Lutas discursivas em torno do corpo: a construção social da subjetividade transexual**. 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara. 2024.

Recebido em 25 de janeiro de 2024.

Aceito em 21 de março de 2024.